

Um avanço é um recuo

EM ESPECULAÇÕES de bastidores, associou-se o fato concreto do estabelecimento de uma comissão extraordinária para conduzir a renegociação da dívida externa à idéia da criação de mais um Ministério: o do Comércio Exterior.

O FATO não poderia ser mais bem-vindo; a idéia não poderia ser mais infeliz.

A COMISSÃO de assessoramento da dívida, comandada pelo Embaixador Saraiva Guerreiro, diplomata experiente, ex-Ministro das Relações Exteriores, tem mérito em dois aspectos. Trata-se, em primeiro lugar, do que parece ser um primeiro passo no redimensionamento do papel do Itamaraty na execução da política traçada em Brasília para o diálogo com os nossos credores. Já era tempo de nos lembrarmos que negociar é a atividade essencial do diplomata, aquela para a qual ele foi treinado e na qual adquiriu experiência.

OS INTERLOCUTORES do Brasil, no que se refere à dívida externa, não são apenas os banqueiros representados pelo comitê sediado em Nova York. São os governos, tanto no Clube de Paris como nos contatos bilaterais, e as organizações como o Banco Mundial e o FMI. E com frequência os economistas e empre-

sários que servem ao Governo poderiam se beneficiar por uma parceria com os diplomatas no intrincado jogo da discussão da dívida — observação que não envolve qualquer demérito. Afinal, escolhe-se, por exemplo, um Presidente do Banco Central pela sua capacidade de gerir o Banco Central, não por seu eventual talento para a persuasão e o debate.

A POLÍTICA em relação à dívida deve ser traçada nos centros de decisão econômica em Brasília. A sua execução, no entanto, só terá vantagens com a participação de negociadores profissionais.

O OUTRO aspecto a ser levado em conta na criação de uma comissão de assessoramento coordenada por um diplomata de carreira é uma vantagem de natureza psicológica. O órgão permanente significa, para os nossos interlocutores, evidência adicional de estabilidade na posição brasileira. Ministros podem ser substituídos — não é segredo, dentro e fora do Brasil, que estamos na iminência de uma reforma ministerial — mas isto não representará mudança de diretrizes ou parâmetros. As linhas básicas da postura brasileira em face da dívida externa são traçadas pelo Presidente da República. Nossos credores não o ignoram, mas certamente a existência da comissão de as-

essoramento é sinal de perenidade cujo efeito só poderá ser tranquilizador e benéfico para o diálogo.

EXATAMENTE porque a nova comissão tem objetivos e vantagens evidentes é que não se deve considerá-la como embrião ou experiência de novo Ministério. A importância de uma área de atividade nada tem a ver com a importância formal do órgão que dela se encarrega. Pelo contrário, a nossa História está repleta de problemas que jamais foram enfrentados a sério exatamente porque se pensou que a solução dependia da importância das siglas e da quantidade de pessoas que deles cuidariam.

O COMÉRCIO externo precisa de decisões enérgicas e de dinamismo, não de novas repartições. Na verdade, criar todo um Ministério para ele, neste momento, tornaria bastante difícil, para os nossos parceiros além-mar, acreditar na coerência de nossos propósitos de redução do déficit público e contenção de despesas.

EM SUMA, a comissão de assessoramento da dívida externa pode ser vista como um avanço imaginoso, que gera expectativas otimistas; o falado Ministério do Comércio Exterior seria, simplesmente, um grave recuo.